

TERRITÓRIO E CUIDADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NO INTERIOR DO CEARÁ

Francisca Ingrid Araujo Guimarães¹

Lorrana Crislei Santos Pereira²

Alana Saraiva Bezerra³

Fernanda Moreira Holanda Dos Santos⁴

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis⁵

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a relatar uma experiência de estágio realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Morada Nova. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e proposta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social. À vista disso, este relato de experiência buscou refletir criticamente sobre a experiência prática vivenciada no CRAS, a partir da atuação da psicologia social, integrando teoria e prática. A partir da vivência do estágio foi possível experienciar diversos contextos da assistência social, como visitas domiciliares, participação em grupos de convivência e reuniões com famílias em descumprimento de condicionais do Bolsa Família. Observou-se a atuação da psicóloga em ações de orientação, intervenção e articulação intersetorial, além das dificuldades com sistemas informatizados e adesão dos usuários. Atividades como grupo de estudos, atendimentos sobre o Benefício de Prestação Continuada e intervenção em saúde mental com adolescentes destacaram a complexidade do trabalho interdisciplinar. As visitas a famílias em extrema vulnerabilidade evidenciaram a necessidade de políticas públicas eficazes e os múltiplos papéis do psicólogo no SUAS. Em suma, a experiência vivenciada na realização do estágio básico no âmbito socioassistencial foi enriquecedora, dado que promoveu a oportunidade de aprender sobre o sistema de leis que regem e possibilita a atuação do psicólogo dentro do SUAS, bem como foi possível observar como os fatores sociais e a classe social influenciam e contribuem para a reprodução das desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social; Intervenções sociais; Relato de experiência; Estágio.

¹FACULDADE VIDAL: franciscaingrid2002@gmail.com:

²FACULDADE VIDAL: e-mail: lorrnacrislei@gmail.com

³FACULDADE VIDAL: e-mail: alanasaraivabezerra@gmail.com

⁴FACULDADE VIDAL: e-mail: fernandamoreirahds@gmail.com

⁵FACULDADE VIDAL:Doutorado em Psicologia Social; e-mail: heloisabarbara96@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e proposta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, sua atuação nos territórios se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, isto é, é uma unidade que possibilita o acesso de muitas famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 09)

Em função disso, essa unidade de proteção social básica do SUAS, apresenta o intuito de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, mediante o desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Portanto, a partir das vivências da realidade do estágio foi possibilitada a obtenção de conhecimento e desenvolvimento de diversas habilidades, como escuta ativa e contato prático da atuação do psicólogo no contexto assistencial, tendo em vista a observação do funcionamento do equipamento social, contato com famílias em estado de vulnerabilidade extrema, participação de visitas, realização de busca ativa, acompanhamento dos atendimentos, além da observação dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos.

Assim, este relato de experiência tem como objetivo refletir criticamente sobre a experiência prática vivenciada em um equipamento social, a partir da atuação da psicologia social, integrando teoria e prática.

METODOLOGIA

A produção deste trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, utilizando métodos de análise descritiva e interpretativa para analisar a atuação da psicologia no contexto social. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

O estágio ocorreu do período de 20/08/2024 até 25/11/2024, contando com uma carga horária semanal de 8h de estágio. A princípio, foi realizada uma visita para conversar com a

coordenadora do equipamento para explicar sobre o objetivo do estágio e o que iria ser realizado, cabe acrescentar que o CRAS já possui convênio com a Faculdade Vidal (FAVILI). O estudo foi executado através das observações estabelecidas em campo, tendo como base as aulas de Psicologia Social e Psicopatologia, Sociedade e Cultura, leitura de artigos científicos, manual do estagiário e debates em sala de aula nas supervisões do estágio.

Nesse seguimento, todas as observações foram registradas em ficha específica para tal fim e aprovadas pela supervisora. As supervisões aconteceram a cada quinze dias, sob orientação da professora especialista Aline Franco da Silva. O estágio totalizou 80 horas, divididas entre 30 horas de supervisões, 20 horas de estudos e 30 horas de observações em campo.

O foco das intervenções foram os temas que emergiram durante as observações. Entretanto, no que diz respeito a escolha do grupo mais adequado para aplicação da intervenção se apresentou como um desafio, pois criei um vínculo sólido com o grupo das crianças, porém, o grupo dos adolescentes apresentava mais questões a serem trabalhadas, por ser um grupo mais resistente e apresentarem pouco interesse nas orientações. Logo, em virtude do dia da saúde mental, o cronograma da intervenção foi voltado para a temática desconstruindo estigmas, tratando sobre a importância da saúde mental.

Durante as observações, o material utilizado foi um caderno de anotações, caneta, a lista de frequência, além dos materiais utilizados na intervenção, que foram: som para tocar a música, cópias da letra da música para distribuição, cópias dos mitos e verdades, caixinha, balões, cartão de agradecimento, bombons de chocolate para o cartão de agradecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, a formulação dos direitos sociais é recente na história do Brasil, tendo como marco a Constituição de 1988 (Constituição cidadã) que deu origem à lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - 8742/93, que passa a regulamentar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). A LOAS introduz uma nova forma de pensar a Assistência Social, ao propor um conjunto de ideias, concepções e direitos, modificando seu status legal e político.

Nesse sentido, o SUAS é uma Política Pública da Seguridade Social, extremamente recente, que está em processo contínuo de construção.

O SUAS, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada,

cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS/2004, p. 39).

A Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, que instituiu definitivamente a Assistência Social como um direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, havendo detalhamento posterior em três instrumentos principais: a Política Nacional de Assistência Social de 1998, e duas Normas Operacionais Básicas editadas em 1997 e 1998 (NASCIMENTO, 2013, p. 48).

Dentro da Proteção Básica do SUAS (MDS, 2006) encontra-se o CRAS, que atua na prestação de serviço e programas socioassistenciais às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, objetivando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, atribuído à população em situação de vulnerabilidade. Desse modo, parte do pressuposto de que são funções básicas das famílias prover proteção e socialização dos seus membros, constituindo-se como referências morais de vínculos afetivos e sociais, identidade grupal, bem como ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições e o Estado.

Para o planejamento da cobertura gradual de CRAS no município, sugere-se a utilização de cadastros de programas sociais, como Cadastro Único e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cadastros de serviços socioassistenciais governamentais e não-governamentais e estudos já existentes (estaduais, municipais ou do Distrito Federal). Além disso, recomenda-se a realização de estudo sobre a realidade socioeconômica do município, que possibilite conhecer a incidência de situações de trabalho infantil, negligência, violência, entre outros, de modo a traçar quais territórios devem ser priorizados com a instalação do(s) CRAS (TÉCNICAS, 2009, p. 17).

Ademais, outra atividade fundamental é a busca ativa que possibilita o andamento do trabalho, constituindo-se como uma importante ferramenta para a ação preventiva da proteção social básica, tendo em vista um dos principais objetivos do CRAS, pois se compreendia melhor a realidade social para nela atuar, envolvendo um movimento proativo da equipe na comunidade (BRASIL, 2009). Logo, as atividades de busca ativa desenvolvidas pela equipe de Psicologia referem-se à busca de listagens, mapeamento da rede e visitas domiciliares, a busca de informações das famílias do território de atuação do CRAS, provenientes do Cadastro Único de

Programas Sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) e usuários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Dessa maneira, apresenta como um dos objetivos o levantamento de uma série de dados sobre a população em situação de vulnerabilidade social para sistematizar o conhecimento do território e, conseqüentemente, estabelecer o foco de intervenção do CRAS. Por sua vez, o mapeamento se estabelece como uma atividade relevante para a atuação do psicólogo nesse espaço. Segundo a PNAS (Brasil, 2004), uma das funções primordiais do CRAS é realizar um ativo serviço de mapeamento da rede pública e privada, com o objetivo de sistematizar as informações obtidas para encaminhar a população local para as demais políticas sociais.

Dito isso, entende-se por mapeamento a identificação da cobertura de rede prestadora de serviços no território de abrangência do CRAS, além das redes de apoio informais existentes no território como lideranças comunitárias, associações de bairro, etc. (Brasil, 2009). Além disso, para a Psicologia Comunitária a visita domiciliar é um recurso psicossocial que protege a família mediante situações de vulnerabilidade, com o intuito de potencializar a capacidade de cuidado. Permite ainda ao profissional identificar melhor as demandas e atuar em coerência com as necessidades concretas das famílias (GRACIA, 2007).

Nesse sentido, por meio das visitas é possível observar as questões que dialogam também com a política de Assistência Social, dado que busca desenvolver potencialidades de cuidado destinadas à criança, ao adolescente, ao idoso e ao fortalecimento dos vínculos familiares. Portanto, os psicólogos desempenham um papel crucial no fortalecimento dos direitos sociais e na promoção do bem-estar das famílias atendidas. Essas atividades são essenciais para garantir a proteção social básica e promover a emancipação dos usuários do CRAS, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

CONCLUSÃO

Em suma, a experiência vivenciada na realização do estágio básico no âmbito socioassistencial foi enriquecedora, tendo em vista a oportunidade de aprendizagem sobre o sistema de leis que regem e possibilitam a atuação do psicólogo dentro do SUAS. Além disso, diante dos atendimentos e visitas domiciliares, nota-se como os fatores sociais e a classe pertencente consegue influenciar as vivências e como estas influenciam as questões de desigualdade.

Ainda, com as observações dos grupos de convivência das crianças, adolescentes e idosos, foi possível promover reflexões sobre a realidade do território e as diferentes histórias

de vida que perpassam o contexto de desigualdade social. O contato com famílias que vivenciam problemas estruturais, como a moradia precária e a falta de recursos básicos, foram evidenciados durante as visitas, mostrando a fragilidade de algumas populações. Além disso, é possível observar a importância da integração multiprofissional, em especial nas discussões de casos e nas estratégias para melhor atender essas famílias. Por fim, o acolhimento realizado tanto pela equipe que compõe o equipamento, quanto pelos usuários dos serviços foi primordial para a participação dos momentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Federal de **Psicologia**. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS**. Brasília, 3. ed, 2021, p. 28-46.

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2004). Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDSCF

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2009). Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Brasília: MDSCF.

Gracia, E. (2007). El apoyo social a domicilio: la prevención del riesgo social en familias mediante visitas al hogar. In A. A. Blanco & J. M. Rodríguez (Orgs.), Intervención psicosocial. (pp. 301-322). Madrid: Pearson Educación.

NASCIMENTO, Rosana Cristina Januário et al. **Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS**. O Social em questão, v. 16, n. 30, p. 47-69, 2013.

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). **Política Nacional de assistência Social - PNAS**. Brasília, dF: autor. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome secretaria nacional de assistência social. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>.

Sawaia, B. B. (1998). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia** (pp. 35-53). Petrópolis, RJ: Vozes.